



## PROJETO POR UMA CARTA DE PSICANALISTAS

Fevereiro 2000

A. P. U. I.

Associação por uma instância terceira de psicanalistas<sup>1</sup>

Jacques SÉDAT, Presidente da APUI

Jean PERROY, Secretário

Danièle LÉVY, Secretária/tesoureira

### APRESENTAÇÃO

A especificidade da psicanálise está hoje em perigo de se dissolver em práticas e finalidades de outra ordem.

Uma lógica administrativa está em obra, coerente com o movimento geral de racionalização da sociedade. Ela tende a excluir o risco, requer especialistas e apenas reconhece o clero.

A psicanálise, que é de palavra, de sujeito e de desejo, situa-se bem em outra lógica. É irreduzível a todo saber instituído. Para sustentar a originalidade desta disciplina que Serge LECLAIRE, em dezembro de 1989, tomou a iniciativa de apelar a todos os psicanalistas que exercem na França. Propôs-lhes operar a instauração de uma Instância cujo modelo seria a inventar, destinado a salvaguardar e manter a especificidade de sua disciplina.

Assim foi criada a A.P.U.I. (Associação por uma instância), “com o fim de animar um movimento de todos aqueles que se sentem concernidos pelo interesse pela psicanálise e se preocupam em tornar possível o desdobramento do gênio de sua disciplina para além do fim do século” (Serge LECLAIRE, *Liminaire à l'État des lieux de la psychanalyse*, Paris, Éd. Albin Michel, 1991).

A realização, pela nossa Associação, de um Estado dos Lugares da Psicanálise permitiu tornar sensível tanto a força do movimento psicanalítico quanto a necessidade de um questionamento permanente dos limites da psicanálise. Mostrou que as questões concernentes à transmissão, formação e condições da prática não poderiam ser “reguladas” de uma vez por todas; que devemos, por conseqüência, nos ater sobre a brecha, levar em conta as mutações sociais e nunca negligenciar as bordas. Sem a confrontação permanente a outra coisa do que si mesma, a psicanálise pode apenas se desviar de sua mira própria e perder sua força de invenção.

Questionar a psicanálise nos seus limites, para preservar nela a laicidade e sustentar assim a radicalidade da experiência freudiana, implica se referir sem cessar ao conjunto dos princípios fundamentais que o método inaugurado por Freud permitiu elaborar. Ao redigir o Projeto por uma Carta de Psicanalistas, quisemos, reafirmar o “núcleo comum sobre o qual convém não ceder”. Este texto, que foi em 1993, o fruto de uma perlaboração coletiva, foi

---

<sup>1</sup> “Esta associação tem por fim instalar os meios próprios para elaborar as estruturas de uma instância terceira que teria a conceber e gerenciar as interfaces entre, de uma parte os psicanalistas assim como suas associações, e de outra parte tanto a sociedade civil quanto os poderes públicos.” ( Art. 2 dos estatutos).



assinado por uma centena de psicanalistas de todos os lugares. Foi levado ao conhecimento de todas as Associações psicanalíticas existentes na época.

Como documento de referência, poderia servir de suporte para a constituição de um extenso conjunto de pessoas que, qualquer que seja seu pertencimento institucional, subscreveria aos princípios e conseqüências do método. Elas se engajariam assim a sustentar a originalidade da psicanálise, a defender sua especificidade e a proteger esta nomeação hoje ameaçada: "psicanalista".

A realização dos Estados Gerais da Psicanálise não seria uma ocasião para constituir ou estender tal conjunto?

\* \* \*

UMA CARTA de psicanalistas deveria expor e tornar público o conjunto dos princípios fundamentais da prática psicanalítica, com os elementos de ética e de deontologia que implica.

Teria por objetivos :

- constituir um documento de referência: de uma parte, para estar na medida de responder por eventuais disposições regulamentares suscetíveis de modificar o estatuto atual da psicanálise, que é o de uma "profissão não regulamentada"; de outra parte, para dar apoio à implantação eventual de estruturas novas, das quais os psicanalistas poderiam ter necessidade;
- afirmar que é antes de tudo o método inaugurado e promovido por Freud que faz autoridade, este princípio permite distinguir as práticas oriundas de uma interpretação justa do método daquelas que não o são;
- dar lugar a um conjunto de pessoas que, tendo subscrito aos princípios e conseqüências do método enunciados no presente texto, se engajariam a trabalhar pela afirmação e defesa da psicanálise.
- informar aqueles que se interrogam sobre a situação psicanalítica como lugar possível de sua demanda, assim como os que se interrogam sobre a especificidade da prática psicanalítica e seu lugar hoje na cidade, em razão de suas preocupações sociais, científicas ou políticas.

ESTE PROJETO dirige-se a psicanalistas. Estes que nele reconhecerão os princípios de sua prática estão convidados a sustentá-lo.

Dois títulos são distinguidos, para tratar sucessivamente:

- o que torna oportuna a elaboração de uma carta, os motivos;
- o que constitui o corpo do documento: o método psicanalítico.

\* \* \*

## TÍTULO I : OS MOTIVOS

### 1. DADOS SOCIAIS E ECONÔMICOS NOVOS.

A mutação social que marca irreversivelmente a cultura e a civilização de nosso século impõe que a psicanálise a leve em conta, até porque ela é um fator determinante. Dados sociais e culturais novos também marcaram a evolução do movimento psicanalítico.

O número de psicanalistas cresceu rapidamente desde a implantação da psicanálise no conjunto das regiões, no fim dos anos 60. Linhas de divisão, determinadas por posições teóricas e afinidades, suscitaram rupturas e o estabelecimento de um grande número de associações e instituições psicanalíticas. Resulta uma diversidade, que poderia ser fecunda, se viesse mascarar a existência de princípios comuns. Explicitar e reafirmar estes princípios é um dos objetivos da carta.

Ao mesmo tempo, analistas não inscritos em instituições engajaram uma prática tanto no enquadre de Instituições de Saúde, onde são "reconhecidos" como "psicoterapeutas", quanto no de consultório privado. Múltiplas redes se entrecruzam doravante, o que torna problemáticas a distinção e o reconhecimento de uns e de outros. É também importante que os psicanalistas permaneçam atentos para que sejam reunidas as condições necessárias para a re-elaboração permanente do que é fundador, a fim de garantir a transmissão.

A conjuntura econômica crítica, que afeta o conjunto da população, veio acentuar alguns traços que a "demografia" psicanalítica havia desenhado.

Progressivamente, psicanalistas exercendo unicamente como profissional liberal tornou-se exceção. A maioria, médica ou psicóloga, tem uma prática complementar em instituições médico-psicológicas ou médico-sociais e, muitas vezes, nos estabelecimentos de formação ou ensino. De modo geral, o estatuto salarial proposto não reconhece a função de psicanalista.

Fazer-se conhecer, eventualmente, pelo recurso a meios de anúncio diversos, tornou-se uma preocupação importante, que por vezes toma o passo sobre o desejo de ser reconhecido por seus pares. Assim como assinar "guias de consulta médica" por psicanalistas diplomados em medicina torna-se prática corrente; assimilando cada sessão a um ato médico, permite o reembolso.

Em relação a estes dados sociais e econômicos, o risco da medicalização da psicanálise precisa-se e as demandas chegam ao psicanalista às vezes de formas inéditas, enquanto questões que concernem tanto a técnica analítica quanto a formação do analista se colocam com acuidade. Esta situação levanta problemas éticos e deontológicos insuficientemente elaborados.

### 2. UMA ESPECIFICIDADE QUESTIONADA PELAS EXTENSÕES DA PRÁTICA.

Com o crescimento do número de analistas e a extensão generalizada da psicanálise, a própria prática estendeu-se seja para fora do enquadre do tratamento, seja para fora do consultório privado. Trata-se principalmente de intervenções junto a crianças, pacientes ditos psicóticos ou pacientes hospitalizados. Estas práticas fora do enquadre referem-se a uma concepção da atividade psíquica e do sujeito que é oriunda da teoria psicanalítica; são às vezes designadas como psicoterapias, mas uma posição e uma interrogação psicanalíticas são por elas sustentadas.

Outras práticas, que se dão por fim eliminar certos sintomas, referem-se a modelos muito diferentes, mesmo se emprestam voluntariamente alguns de seus conceitos à psicanálise. Inscrevem-se também no vasto domínio das psicoterapias que, aliás, Estados Europeus começaram a regulamentar incluindo a psicanálise.

Neste contexto, a questão da especificidade da psicanálise se coloca de modo crucial, ao mesmo tempo, que a da transmissão. A delimitação da atividade psicanalítica e sua distinção das outras práticas impõem que seja lembrado sem cessar o corpus da doutrina que resta fundador. Mas é o método freudiano que faz autoridade; é ele que permite a abertura de um espaço de enunciação para o sujeito.

### 3. UMA SITUAÇÃO JURÍDICA CONFUSA.

Enquanto indivíduos exercendo uma atividade no seio da sociedade, todo praticante da psicanálise está sob a competência do direito comum. O exercício da psicanálise encontra-se submetido, por este fato, a um estatuto civil e a um regime fiscal.

Por seu estatuto civil, a psicanálise é definida como uma profissão liberal, bem que, nos fatos, seja às vezes assimilada a uma "profissão para-médica não regulamentada" (attendus<sup>2</sup> de l'arrêt<sup>3</sup> du Conseil d'État de 4 mai 1990). Na ausência de uma definição regulamentar do ato psicanalítico ou da proteção do título de psicanalista, a alçada é do regime geral das profissões liberais.

Desta ausência de posição regulamentar decorre, no estado atual, uma disparidade do regime fiscal. O título de doutor em medicina permite a exoneração da TVA, assim como a certos diplomas de psicólogo e a algumas atividades psicológicas, enquanto outros psicanalistas estão sujeitados. Um mesmo ato psicanalítico é da competência de dois estatutos regulamentares diferentes. Resulta daí uma desigualdade fiscal.

A situação profissional do psicanalista face ao direito é assim caracterizada por incoerências ou contradições que devem nos interrogar.

## TÍTULO II: O MÉTODO PSICANALÍTICO

### I - DA PRÁTICA.

#### 1.1. O inconsciente e o funcionamento psíquico.

A prática da psicanálise consiste em uma escuta que visa o reconhecimento das determinações inconscientes que regem as escolhas, condutas e modos de pensar de um sujeito. Que se trate de lapsos, atos falhos, sonhos e sintomas testemunhando o que foi recalcado ou que se trate de delírios e outros sintomas que traduzem a recusa da realidade, são tantas das manifestações do inconsciente definido por Freud. Nas encenações onde é representado, o sujeito não se reconhece. Se é próprio do homem produzir enunciados que fomentam sentido em resposta às questões essenciais de sua existência, não há uma resposta, nem uma representação, nas quais o sujeito possa se definir.

É a pretensão de querer respostas sem falhas que causa o sintoma. A psicanálise, ao permitir que o sujeito se reconheça como submetido às encenações em questão, tem por efeito tornar possível a desarticulação dos elementos em jogo. Há desarticulação do que mantém o sujeito numa conformidade, aquela precisamente de uma sujeição. Para este trabalho, não há um modelo que possa ser proposto pelo analista.

O caráter conflituoso da vida psíquica aparece de modo manifesto já que a exigência radical de não colocar nenhum limite à palavra, que está no princípio da situação analítica, combate com forças conservadoras, ditas de resistência, que estão sem cessar em obra no indivíduo e

<sup>2</sup> PR. CIV., PR. PEN. – Nome dado às alíneas da parte de um julgamento contendo sua motivação. Cada um começa por estas palavras: Attendu que... V. Considerando. (Lexique de termes juridiques, Guillien e Vincent, Dalloz, 1993. (N.da T)

<sup>3</sup> Decisão tomada pelo Conselho de Estado em 4 de maio de 1990.

seu ambiente. O que não pode ser rememorado tende a se repetir e as atualizações na transferência permitem a interpretação.

### **1.2. A transferência e a interpretação.**

Na relação que se instaura entre o paciente e o analista, o analisante coloca em ato posições subjetivas antigas; a transferência é esta atuação da realidade inconsciente. O laço engendrado é tanto mais forte quanto a tensão exercida permanece sem resposta e em suspensão de satisfação ou de toda espécie de finalização. O princípio ético que se impõe de chofre é que uma tal relação não seja, sob nenhum pretexto, utilizada para outros fins que os de análise, mesmo quando se tratar do que pode parecer de imediato como o bem do paciente ou até o bem comum. Aqui, inscreve-se a radicalidade da psicanálise, pelo que se distingue de todas as práticas chamadas psicoterapias.

A interpretação é um dos atos essenciais da prática analítica, pela qual o analista transforma a tensão oriunda da transferência. Ela não é da ordem da explicação abstrata ou do reenvio aos termos de uma doutrina; tais exposições, que ficam, na maior parte das vezes, sem força face às pulsões inconscientes, só fariam opor uma convicção a uma outra. A interpretação psicanalítica implica que o analista reconhece e aceita o lugar que o analisante lhe designa, mas sem ocupá-lo. O que é frequentemente chamado de contra-transferência é o efeito sobre o analista desta imputação do paciente. Por seu próprio trabalho psíquico e por sua experiência, o analista se coloca em posição de responder por um ato de palavra, que tem por efeito a emergência de certas conexões e fixações inconscientes do desejo. As operações de enlace/desenlace que resultam tornam possíveis novos agenciamentos pulsionais, imaginários e linguageiros, através dos quais o paciente descobre uma capacidade de pensar e viver de outro modo. Um ato também singular não é realizável senão fora de toda preocupação de conformidade, em uma situação aberta para a invenção.

### **1.3. O enquadre e o dispositivo.**

Os elementos constitutivos do enquadre e do dispositivo são fixados após um período, mais ou menos longo, de entrevistas preliminares.

O enquadre é o conjunto das condições de tempo, lugar e dinheiro necessários ao desenrolar do tratamento. Sua função sempre suscitou diferentes pontos de vista entre os psicanalistas. Para todos, entretanto, o enquadre só tem sentido enquanto instrumento que permite instalar, do lado do analisante, a regra da livre associação, dita ainda regra fundamental, a qual responde, do lado do analista a "atenção flutuante".

A posição do analista se caracteriza por meio de duas noções freudianas igualmente fundamentais: de um lado, a necessidade de suspensão de julgamento, que vai junto com a não-resposta (e que se chama às vezes "neutralidade benevolente"); de outro lado, a regra dita de abstinência ou do "não agir", que engaja a falar lá onde o movimento espontâneo levaria a "fazer". Dado que condicionam a instalação da regra fundamental, estes dois princípios, aos quais convém acrescentar o respeito ao sigilo, pertencem à deontologia do analista.

O trabalho analítico está submetido à uma temporalidade que é a da elaboração psíquica. Pertence ao psicanalista respeitar esta temporalidade e leva-la em conta na conduta do tratamento. Quanto ao dinheiro, outro elemento do enquadre, não vem apenas retribuir o saber, o trabalho e o tempo do analista. O ato do pagamento é para ser considerado também na sua função simbólica e simbolizante, quer dizer na sua relação à condição subjetiva: ato de separação, reconhecimento da dívida e da lei. Esta necessidade vale também para o analista.

O dispositivo, do qual o divã e a poltrona são os elementos maiores no tratamento do adulto, é destinado, ele também, a favorecer a operação da regra fundamental. O corpo encontra-se preocupado, mas de maneira que o sujeito sinta a realidade dele através dos troços do seu dizer.

Do modo como os elementos do enquadre e do dispositivo são colocados no momento da inauguração do tratamento ou, às vezes, remanejados o psicanalista deve poder dar razão segundo uma elaboração renovada, mais do que segundo a conformidade dos costumes.

#### **1.4. A mira do tratamento**

O tratamento é um processo que visa dar ao sujeito a possibilidade de articular os elementos constitutivos de sua verdade singular. O paciente se engaja com seu sintoma e seu sofrimento: a dimensão terapêutica está presente, bem que possa ela mesma se tornar objeto da resistência.

O trabalho analítico, de fato, modifica a relação do sujeito com as manifestações do inconsciente. As modificações operadas concernem tanto o corporal quanto o psíquico. Colocar em jogo a relação ao corpo na sua dimensão subjetiva e inconsciente distingue radicalmente o tratamento psicanalítico de toda outra forma de ajuda ou cuidado. Dá uma significação específica à noção de cura.

## II - DO PRATICANTE.

### **2.1. O que funda sua prática.**

Freud não cessou de sublinhar que o essencial de sua teorização reside em situar os mecanismos psíquicos que permitem a cada sujeito, na situação analítica, descobrir como se construiu seu próprio mundo. Assim relativiza os artigos de uma doutrina que, precisa ele, não é uma concepção nova do mundo.

Dizer o que funda a prática inaugurada por Freud é então reconhecer e levar em consideração os processos inconscientes e o caráter dinâmico do inconsciente, a resistência e o recalçamento, o complexo de Édipo como jogo identificatório, a sexualidade infantil e a etiologia sexual das neuroses.

A transmissão dos princípios fundamentais não decorre de um discurso sobre a psicanálise, nem sobre o método que a torna possível. De se colocar à prova no curso da análise do futuro psicanalista e do íntimo conhecimento assim adquirido depende a capacidade do praticante de manter o seu lugar.

### **2.2. Sua relação ao saber e à teoria.**

O saber em obra no tratamento não é então da ordem da aplicação de um corpus de conhecimento já constituído. Enquanto não deixa de ser solicitado, como todo praticante, no registro de seu saber, o psicanalista se deve ao estar à escuta do mais singular de cada sujeito. Reinventa, dia após dia, o que pode manter a prática renovada para cada paciente e tornar possíveis os desenlaces e enlaces novos.

Os analistas são assim colocados na contradição de ter que exercer esta função, produzindo um trabalho de teorização, em torno do qual eles se organizam. Para permanecer fecundo, este trabalho não pode ter outro estatuto senão o de uma experiência, na qual o analista se engaja. A teoria tem por função trazer marcos e referências necessários à pesquisa de cada um. Desde Freud, outros psicanalistas marcaram a história da teoria e do movimento, contribuindo assim ao avanço da psicanálise e da extensão de sua área de pertencimento.

### 2.3. Poder e desejo.

O poder do analista atém-se apenas a suscitar e manter, para ele e com o outro, esta abertura que é a condição da análise, é-lhe necessário ser capaz de suportar os efeitos transferenciais.

Dito de outro modo, ele não deixa de estar atento a que as forças de seu desejo, sobretudo aquelas que o conduziram a exercer sua função, deixem o campo livre para a expressão de um desejo outro e guardem aberto o acesso aos meios de seu reconhecimento. A aptidão para exercer esta função constitui a aposta crucial e a pedra de toque da formação do psicanalista.

## III - DA FORMAÇÃO OU A QUESTÃO DA TRANSMISSÃO.

### 3.1. Quais finalidades e qual transmissão?

A questão da formação do analista e a da transmissão da psicanálise são conjuntas. Tratando-se de uma experiência que cabe a cada um re-inventar, em cada análise, é também a questão da transmissibilidade que poderia ser colocada. Sem dúvida há continuidade na retomada do enquadre que torna possível a instalação da regra fundamental e a instauração do processo analítico. Mas, é a própria experiência, enquanto conduz à emergência do sujeito, que é precisamente a transmitir; tal é o paradoxo da transmissão da psicanálise.

Se a aquisição de conhecimentos aprofundados é indispensável, nenhum modelo universitário poderia definir a forma e o conteúdo da formação que necessita a prática analítica. Esta formação deve responder, de fato, aos objetivos seguintes: permitir ao futuro analista experimentar a lógica do inconsciente a qual se devem as mais potentes determinações das condutas humanas; torna-o apto a reconhecer e a trabalhar as relações transferenciais que comandam a situação analítica; conduz a reconhecer também a natureza intrinsecamente conflituosa da vida psíquica; permite-lhe enfim sustentar o caráter paradoxal de uma situação onde os termos do conflito são para analisar sem pretensão de fechá-lo. A psicanálise do futuro analista impõe-se aqui como uma segunda regra tão fundamental quanto a primeira.

### 3.2. Uma experiência específica do inconsciente.

O primeiro tempo de toda formação consiste então em uma interrogação que se sustenta no dispositivo de uma psicanálise. O sujeito coloca em questão a sua história, suas orientações, suas opções intelectuais, sua organização libidinal e as escolhas da sua vida sexual. Pode assim reconhecer a singularidade de suas determinações inconscientes, a força das resistências que se desdobram em favor da transferência e a necessidade da perlaboração.

Esta experiência é específica. Ela é a de todo analisante. Nenhuma disciplina de introspecção, de auto-análise, de aprendizagem ou de estudos e de produção textuais não poderia substituir o caminho longo e aventureiro que constitui o encontro analítico. A decisão do sujeito de se engajar ele mesmo na prática da psicanálise, em lugar e função de psicanalista, abre sobre um outro percurso. Por isso, o momento que conduz a esta decisão não marca o fim da análise do analista.

### 3.3. Da supervisão

O segundo tempo da formação é constituído pela prática dita de supervisão. Desde que um sujeito se coloca em situação de escuta de um paciente, a questão se coloca para ele de poder dar conta de sua posição na conduta dos tratamentos, de modo a elaborá-lo. A situação de supervisão, que implica e coloca em questão um terceiro, é experimentada sob diferentes modalidades. Este tempo é essencial; nenhum analista poderia dispor dele.

O supervisor atém-se à função de psicanalista e leva em conta todos os lugares aos quais é particularmente solicitado (professor, avalista, recurso) a fim de poder reconhecer as transferências em obra e exercer sua livre escuta. Por isso, esta posição não exclui a referência crítica aos saberes constituídos, até às elaborações teóricas em curso.

#### **3.4. O reconhecimento e a habilitação.**

O terceiro tempo de um percurso de formação é o do reconhecimento da invenção. Sua dificuldade particular deve-se a que o reconhecimento de uma capacidade de invenção, de uma aptidão a entender o inesperado e a considerar o outro na sua originalidade singular não é objeto de codificação. As diferentes associações de psicanálise tratam de modo interno esta questão segundo critérios que são objeto de um re-exame contínuo.

#### **3.5. A ética do psicanalista.**

A ética do psicanalista regula-se sobre a manutenção de um espaço de enunciação, onde o sujeito possa advir no seu desejo e sua verdade. Esta ética funda-se sobre um princípio de alteridade que repousa não apenas sobre o reconhecimento do outro como diferente, mas também e de início sobre o reconhecimento de um lugar específico onde se desdobra a palavra.

\* \* \*

Esta versão III do projeto testemunha o trabalho de perlaboração realizado desde o texto inicial. Mas o trabalho continua; fica aberto à contribuição de cada um.

O "Projeto por uma carta de psicanalistas" focaliza um duplo movimento de recentramento e de abertura: recentramento do analista sobre o que constitui o essencial; abertura do analista para acolher a novidade dos questionamentos e os elaborar.

O Conselho de administração da APUI

Tradução de Mirian Giannella

[giannell@uol.com.br](mailto:giannell@uol.com.br)